



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**ATA
169ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CONANDA
REALIZADA NOS DIAS 11,12 e 13 DE NOVEMBRO DE 2008.**

Às quatorze horas do dia dez de novembro de dois mil e oito, no Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, Brasília-DF, teve início à 169ª. (centésima sexagésima nona) reunião ordinária do CONANDA, com a seguinte pauta: Dia 11/11/2008: Das 14h00 às 18h00 – GT/Aprendizagem – Sala de Licitações – Anexo I/MJ. Dia 12/11/2008, Sala 304 do Ed. .Sede do Ministério da Justiça , Plenária: 09h00 – Abertura dos Trabalhos. 10h00 – Discussão PL – Agência Nacional de Proteção da Criança e Adolescente, com a participação do Senador Cristovam Buarque. 14h00 às 19h00 – Trabalho das Comissões: COF – Sala 422 – Anexo II; CMF – Sala 421 – Anexo II; CPP – Sala 304 – Ed. Sede; Dia 13/11/2008: 9h00 às 12h30 – Trabalho das Comissões: COF – Sala 421 – Anexo II; CMF – Sala 421 – Anexo II; CPP – Sala 304 – Ed. Sede. 14h00 às 18h00 – Plenária CONANDA – Sala 304 – Ed. Sede do MJ. Nesta Assembléia foram tomadas as seguintes Deliberações: **1) Comissão de Políticas Públicas:** 1.1 – Elaborar e publicizar Nota Pública manifestando posicionamento contrário ao PL que cria a Agência nacional de Proteção da Criança e do Adolescente do Senador Cristovam Buarque. Ele esteve presente na plenária para debater o assunto com os conselheiros; 1.2 – Designar o conselheiro Fábio Feitosa para integrar comissão composta pelo CONANDA e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do distrito Federal para avaliar a grave situação de violação aos direitos da Criança e do adolescente no DF, denunciada à Plenária do CONANDA pela Deputada Erica Kokay e ativistas dos direitos da criança e do adolescente, e propor uma política distrital de respeito aos direitos da criança e do adolescente; 1.3 – Agilizar processos de contratação de consultoria para mapear as diretrizes das políticas para infância e adolescência nos vários ministérios e nas conferências nacionais dos direitos da criança e do adolescente; 1.4 – Agendar apresentação da Revisão do Plano Nacional de Erradicação de trabalho infantil, pelo consultor e subcomissão Conaed para o dia 10 de dezembro entre 9 e 11 horas; 1.5 – Reiterar a indicação das conselheiras Solange Martins e Miriam Santos compor o GT CONANDA/CNAS (com apoio técnico do MDS/SPDCA) para consolidar o documento que estabelece os parâmetros para criação e funcionamento dos abrigos. A reunião do GT deverá ocorrer no dia 8 de dezembro de 2008; 1.6 – Agendar a votação do documento que estabelece os parâmetros para criação e funcionamento dos abrigos para o dia 11 de dezembro de 2008; 1.7 – Demandar realização, por intermédio dos representantes do CONANDA, de reunião da Comissão Intersetorial de Implementação e Monitoramento do SINASE, para discutir os encaminhamentos do Colóquio Acesso à Justiça e o PL 1627/2007. 1.8 – Agendar a discussão dos encaminhamentos das propostas de alteração do PL 1627/2007. Os vários segmentos presentes no Colóquio Acesso a Justiça e o PL 1627/2007, se comprometeram enviar ao CONANDA até o dia 08 de dezembro as respectivas contribuições. O CONANDA assumiu a responsabilidade de receber as propostas, sistematizá-las e discutir formas ampliar os consensos possíveis em torno do Projeto de Lei; 1.9 – Oficiar MEC e Ministério Público sobre necessidade de se fazer valer os princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e da prioridade absoluta para garantir que as punições dos gestores pela má administração da merenda escolar não implique na sua suspensão, ato que viola os direitos da criança e do adolescente. **2) Comissão de Orçamento e Finanças:** 2.1 – Adiar a votação da minuta de resolução que estabelece os parâmetros para criação e funcionamento dos fundos dos direitos da criança e do adolescente para dezembro de 2008. A votação será por sistema de destaques e as contribuições devem ser encaminhadas por escrito até o dia 08 de dezembro de 2008; 2.2 – Aprovar os projetos apresentados à Comissão de Orçamento e Finanças pelos programas da SPDCA, listados em anexo. A Plenária realizou as seguintes recomendações em relação aos projetos: a) Projeto da Rede “Não Bata, Eduque”, incluir a saúde e educação no projeto; Equipagem de conselhos tutelares que seja realizado termo de parceria condicionando equipamento ao funcionamento do SIPIA; b) Projeto SIPIA reenviar o projeto após definidos valores preciosos par todos conselheiros; c) Projeto do Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente enviar para todos

conselheiros o projeto depois de concluído, explicar o apoio do Fundo na sua construção, e realizar um link no Portal do CONANDA; d) Projeto do Fórum DCA aprovado montante de R\$ 1.500.000,00 para o ano 2009, aditar o convênio de 2008 para cobrir ações de 2009 até o outro convênio seja firmado; e) Que os conselhos municipais das cidades beneficiadas com recursos do Fundo Nacional de Apoio a Criança e ao Adolescente sejam informados dos convênios realizados.

2.3 – Autorizar o investimento de recursos do Fundo para construção de uma unidade de internação no Estado do Ceará, na ordem de R\$ 6.000.000,00; 2.4 – Elaborar documento/publicação Balanço Social dos investimentos realizados pelo Fundo Nacional de Apoio à Criança e ao Adolescente;

3) Comissão de Mobilização e Formação: Realizar encontro ampliado da Comissão de Mobilização e Formação nos dias 8(a partir das 14 horas) e 9 de dezembro para discutir as minutas de resolução e projeto de lei que estabelece parâmetros para a criação e o funcionamento dos conselhos tutelares. Pessoas a serem convidadas 02 representantes das seguintes organizações: das outras Comissões do CONANDA, das defensorias públicas; do Ministério Público; do Fórum de Juizes; do Programa SGD/Pró-Conselho Brasil; da Assessoria Legislativa do Ministério da Justiça; 01 representante jovem do Projeto Legal. 05 representantes do Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares. A Assembléia foi presidida pela senhora **Maria Luiza Moura Oliveira** – Presidente do CONANDA e contou com a participação dos conselheiros: **Ivanildo Tajra Franzosi** – Casa Civil da Presidência da República; **Solange Stella Serra Martins** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Ricardo Anair Barbosa de Lima** – Ministério da Cultura; **Rosiléia Maria Roldi Wille** – Ministério da Educação; **Danielle Fermiano dos Santos Gruneich** – Ministério do Esporte; **Marcos Aurélio Santos de Souza** – Ministério da Fazenda; **Eduardo Basso** – Ministério da Previdência Social; **Thereza de Lamare Franco Netto** – Ministério da Saúde; **Ana Lucy Gentil Cabral Petersen** – Ministério das Relações Exteriores; **Débora Nogueira Bezerra** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP/IPEA; **Deuzinea da Silva Lopes** – Ministério do Trabalho e Emprego; **Romeu Tuma Junior** – Ministério da Justiça; **Carmem Silveira de Oliveira** – Vice-Presidente do CONANDA e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; **Cristina de Fátima Guimarães** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; **José Ricardo Calza Caporal** – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; **Glícia Thaís Salmeron de Miranda Vieira** – Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; **Vilmar Burzlaff** – Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social/Fé e Alegria do Brasil; **MARIA JÚLIA ROSA CHAVES DEPTULSKI** – Movimento nacional de Meninos e Meninas de rua; **Miriam Maria José dos Santos** – Inspecção São João Bosco – Salesianos; **Maria Aurilene Moreira Vidal** – Confederação Nacional, dos Bispos do Brasil/Pastoral do Menor; **Fábio Feitosa da Silva** – União Brasileira de Educação e Ensino; **Antonio Pereira da Silva Filho** – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; **Marilúcia Rocha de Almeida Picanço** – Sociedade Brasileira de Pediatria; **Ariel de Castro Alves** – Movimento Nacional de Direitos Humanos; **Maristela Cizeski** – Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da CNBB; **Maria Ighes Rocha de Souza Bierrenbach** – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; **Raimunda Núbia Lopes da Silva** – Central Única dos Trabalhadores; **Manoel Onofre de Souza Neto** – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP; **Eliana Augusta de Carvalho Athayde** – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; **Luciana Faria Alves Antônio** – Aldeias Infantis SOS - Brasil; **Tiana Sento-sé** – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social; **Susan Sami Ramos** – Assembléia Espiritual Nacional dos Bahá'is do Brasil; **Senador Cristovam Buarque**; **Deputada Érica Kokay**; **Representante do Fórum da Criança e do Adolescente do Distrito Federal**; **Representante do Conselho da Criança e do Adolescente do Distrito Federal**. A Sr^a. Carmem fala sobre a reclamação que o senador havia feito falando que eles não seriam competentes em fazer lobby no executivo no que diz respeito às emendas parlamentares quanto no CONANDA no acompanhamento dos PLs. Continua falando que em nenhum momento o senador foi capaz de ir discutir por espontânea vontade. Diz que este pronunciamento é grave, porque contradiz profundamente o que ele saiu dizendo, pois ele falou que se o CONANDA sinalizasse que haveria problemas ele seria o primeiro a retirar e que se colocava a disposição do conselho pra formular a melhor proposta que viesse a fortalecer a alguma estância executiva e o próprio conselho nacional. Fala que se não se pronunciarem publicamente a isso consolidará um imaginário social a essas idéias equivocadas. Diz ainda que outra questão que parece equivocada e de descentralizar num órgão executivo aquilo que o estatuto prévio como uma rede, ou seja, como um sistema de garantia dos direitos. Sr. Ariel concorda com o posicionamento público da Sr^a. Carmem, mas diz ser necessário ter o parecer técnico jurídico bem elaborado e que inclusive possa levar ao presidente da câmara dos deputados Arlindo Finarga e também para constituição da justiça as funcionalidades desse projeto tanto com os princípios do artigo 227 do estatuto quando os princípios que fundamentam a República Federativa. Comenta ainda que seria importante barrar esse projeto logo no início na câmara dos deputados para que ele não tivesse continuidade na sua tramitação porque pelo que foi visto aqui, apesar do que senador ter declarado que mudaria suas idéias ele só levou em conta aquilo que era favorável a ele e ainda reforçou as idéias próprias depois que ele ouviu os nossos argumentos

contrários a ele, desta forma ele não foi humilde o suficiente para conhecer os problemas que existiam no do projeto que ele apresentou. Diz ainda que o senador desconsidera a democracia participativa porque essa agência não vai ter participação da sociedade civil agência totalmente governamental, desconsidera a municipalização que é um dos princípios constitucionais do estatuto 227 e ele quer uma pessoa apenas para se responsabilizar enquanto o estatuto diz que a responsabilidade é de todos da família do estado da sociedade. Ainda desconsidera a existência e o papel dos conselhos tutelares e o sistema de garantias de direitos. Exclama também que o senador quer a execução, fiscalização, avaliação e a regulamentação tudo feito pela mesma agência. Continua dizendo que seria necessário marcar tanto com o presidente da câmara quanto com o presidente da CCJ pra inviabilizar a própria tramitação e desse projeto do senador. Diz que outra questão que fica destacada é a sobreposição dos papéis que essa agência se sobrepõe aos que já existem por parte da SEDH e por parte do CONANDA. Diz também que o discurso do senador não pode ser totalmente descartado, pois existem muitas coisas lá que devem ser refletidas e avaliadas, e assim serem colocadas dentro da organização para se ter um projeto e se contrapor ao discurso feito pelo senador. O Sr. Onofre diz que as estratégias que o Sr. Ariel apontou, algumas são determinantes e importantes, demonstrando tranqüilidade. Diz que uma das estratégias é a de chegar junto ao senador e colocar para ele algumas questões que já existem. O Sr. Caporal diz não estar preocupado com o Senador, mas sim a questão referente ao PL. Continua dizendo que nada deve ser feito em relação ao discurso do senador Cristovam e sim a respeito de atender exatamente a demanda que nós temos de atendimento as nossas crianças e adolescentes. A Sr^a. Julia diz que o CONANDA deve sim soltar uma nota sobre a reunião que houve para esclarecer as verdadeiras idéias do CONANDA a respeito da criação desta agência e fazer com que essa nota se torne pública na imprensa até para verificar quem são os aliados. Continua dizendo que esta nota poderia estar sendo feita pelo pessoal da comunicação para que a Sr^a. Malu pudesse estar apresentando esta nota hoje na abertura do quinto encontro nacional de educação social para que pudesse mobilizar a rede, pois contará com noventa por cento da área da infância. A Sr^a. Carmem fala que se entendeu a proposta é de ser contrário ao PL e a favor de se abrir uma conversa em torno do fortalecimento do CONANDA. Comenta ainda sobre uma nota técnica que o MDS produziu que a SEDH está produzindo para utilização de todos. O Sr. Fabio diz que é contrário a ação do Sr. Ariel, pois realmente acha necessário que esta nota seja divulgada e ainda que seja feito um movimento da sociedade como um todo, para que possam expressar que são contra este PL. Diz também que não sabe como criar isso e pergunta se seria com a coleta de várias assinaturas para posteriormente encaminhar para os deputados e para o senado mostrando a não aprovação deste PL. A Sr^a. Ignês fala que se deve ter cuidado em relação à criação da nota. Pergunta se não seria o caso de aproveitar estrategicamente o projeto de criação da agência para apresentar o nome pertinente do projeto encaminhando orientalmente pelo poder executivo que revelou as viabilidades das nossas infra-estruturas, não só da secretaria, mas como também do CONANDA. O Sr. Antônio Humberto dá bom dia a todos e diz ser um prazer estar participando da assembléia. Lembra que foi designado aleatoriamente como relator de um procedimento iniciado no semestre passado que foi a prolongação do promotor do estado do Paraná. Diz que uma das iniciativas foi a de participar e agregar a participação de todos no encontro comemorativo dos dez anos do ECA que foi feito o CJ pelo próprio CONANDA. Diz que neste evento houve uma oficina com a participação de vários agentes no sentido de procurar levantar demandas que tivessem ao alcance do governo nacional de justiça. Comenta sobre a importância de adotar duas medidas, sendo a primeira a inclusão obrigatória da disciplina direito da criança e do adolescente nos currículos de cursos e concursos do poder judiciário e já foi levado adiante a idéia ao plenário. Na segunda medida é a possibilidade do conselho enquanto órgão formulador de justiça do conselho público nacional estabelecer parâmetros para criação e instalação de varas para quantificação e definição das equipes multiprofissionais que auxiliam as varas da infância e juventude. Diz que neste trabalho vêm fazendo uma sondagem inicial com o IPEA que foi extremamente receptivo. Comenta ainda que uma parceria junto ao CONANDA seria produtiva e enriquecedora para ambos os lados, pois o CONANDA tem uma representatividade nacional. A Sr^a. Aurilene pergunta qual o peso que juízes tiveram ao adquirir suas equipes para assessorar. A Sr^a. Glicia dá bom dia a todos e aproveita a oportunidade para dar notícias sobre quais os encaminhamentos vêm sendo dado com relação à criação das varas da criança e do adolescente. Diz que o que pode ser feito agora é procurar realizar agora e estabelecer uma sinalização com os parâmetros mínimos de instalação de órgãos especializados na questão da infância e da juventude. A Sr^a. Duzineia diz que representa o ministério do trabalho. Pergunta a mesa se a mesa está pensando no trabalho infantil e a questão da repressão ou se estão realmente do lado do artigo do ECA, que é do 60 ao 69 com relação a profissionalização. O Sr. Benedito diz que em relação à retificação do trabalho infantil, esse trabalho não visa atalhar esse problema, embora nada impeça que se trabalhe essa agregação. Diz também que a preocupação é em relação ao direcionamento dessa estrutura, seja em termo de varas, equipes ou de magistratura, o que diz respeito infância e da juventude. O Sr. Onofre diz que já foi iniciado uma parceria em relação ao cadastro nacional de adoção e seria um termo de cooperação para leitura dos dados. Comenta sobre o recém criado fórum d justiça juvenil, que são juízes das capitais particularmente das varas de infratores da justiça. O Sr. Vilmar fala que o senador está descontextualizado. Diz

também que é necessário em algumas áreas fortalecer alguns setores e ter alguns instrumentos mais fortes. Acha necessário fazer uma nota para os públicos internos que acompanham os posicionamentos do CONANDA. Comenta ainda que a criação da agência é equivocada, pelo menos como na forma que está colocada nas suas atribuições. A Sr^a. Marilúcia pede desculpas por não comparecer a plenária de ontem, pois teve problemas de saúde. Diz também que discorda da Sr^a. Miriam, pois acha que seria interessante ter o senador como aliado e não entrar nesse confronto. A Sr^a. Julia fala que concorda plenamente com a fala do Sr. Ariel, pois ela diz que ele fez uma combinação técnica e política e desta forma acha que o CONANDA deve sim responder. Comenta ainda sobre duas questões, na primeira de responder a questão da agência e a segunda seria o empoderamento do conselho dar respostas ao que acontece e que está acontecendo todos os dias. Volta a falar que é necessário que se faça a nota e se de uma resposta pública, mas de uma forma cautelosa para não dar munção para que o oportunismo do senador chegue ao extremo. O Sr. Toninho acredita que a nota deve ser feita pontuando todas as falas contraditórias do senador. Diz ainda que não acha necessário a preocupação de estar tentando justificar essa discussão para que as pessoas não fiquem sabendo. Acha necessário que o site do CONANDA tenha registrado todos os pontos de discussão contraditórios feitos pelo senador. A Sr^a. Tereza Delamari se apresenta como representante do ministério da saúde e diz que é coordenadora da comissão de políticas públicas. Fala que está substituindo a presidente e a vice. Passa a fala para a deputada Érica Kokay. A Sr^a. Érica Kokay deseja uma boa tarde a todos e diz ter solicitado esta pauta ao CONANDA em função de uma série de problemas que estão acontecendo no distrito federal em relação à política para a criança e o adolescente. Relata que recentemente um jornal do distrito federal tampou com muito profundidade uma situação de exploração sexual de crianças e adolescentes na rodoviária. Continua dizendo isso fez com que solicitassem uma pauta fazendo essa discussão no SEDH e fez com que o conselho nacional de justiça pudesse estar fazendo uma discussão com os responsáveis por várias políticas públicas no distrito federal também o poder legislativo e a sociedade civil para discutir as temáticas desse processo. Fala ainda que um prédio do Turing que fica nas proximidades da rodoviária seria o espaço a ser ocupado nesta lógica de implementação de uma política. Explica que o plano distrital de enfrentamento da exploração sexual da criança e do adolescente foi lançado com muita pompa no ano de dois mil e cinco, mas ele praticamente não foi executado no distrito federal. Expõe que há um crescimento do trabalho infantil de crianças e adolescentes no distrito federal. Fala também que a previsão orçamentária que o governo propôs a câmara legislativa para o ano de 2009 é de zero por cento para a liberdade assistida e para a proteção social especial a criança e ao adolescente em situação do trabalho infantil. Aponta que um relatório do tribunal de contas do distrito federal pontuou que me dois mil e seis tinham apenas dezesseis por cento das escolas funcionando em condições adequadas. Fala sobre o relatório dos conselhos tutelares de Brasília, segue falando que em alguns não existem carros e nem mesmo cadeiras. Ressalta que o Ministério Público têm um grande parceiro. Fala aos membros que se surpreende o fato da possibilidade de existir um espaço que seria para o enfrentamento dessa situação. Comenta sobre o funcionamento do projeto geração, que se encontra no Conic e é executado pelo SECRIA e pelo desenvolvimento nacional dos meninos e meninas de rua e financiado pela Petrobras. Esclarece que este projeto funciona há um ano e seis meses e funciona com uma abordagem de estruturação de vínculos com a criança e o adolescente. Fala sobre relato de meninos e meninas de rua do Distrito Federal que sofreram agressões e ameaças por parte da policia militar. Fala sobre a precariedade da instituição CAJE, fala sobre as condições desumanas de sobrevivência naquele local, que existem cinco menores em uma sela onde deviam ter dois, segue falando sobre diversas irregularidades de sistemas similares. Comenta que o CNJ não convocou o CONANDA para a reunião a respeito da denúncia feita pelo jornal correio brasiliense. Diz ainda que o CNJ deu um prazo de um mês para que se criasse uma solução para estes problemas ocorridos no DF. Diz também que conseguiu uma interlocução com o CNJ para que pudesse pautar o CONANDA, e assim participar neste processo. Sugere que o CONANDA analise a questão de ocupação do Turing juntamente com o CNJ e pudesse tirar da assembléia uma comissão que juntamente com o CDCA pudesse fazer uma avaliação da política de criança e adolescente e no distrito federal para que assim pudesse estar construindo um plano. A Sr^a. Perla fala que a deputada já fez um histórico de todos os enfrentamentos e violações de direitos que se passa aqui no Distrito Federal e gostaria de colocar ações do que foi entendido e que seja interessante para se estar trabalhando. Diz também que a proposta lançada pelo CNJ com o apoio do juiz da vara da infância, não têm a mínima idéia do que está acontecendo no espaço do Turing. Fala que o GDF ainda não passou sua proposta em relação a esta problemática e com relação a isso seria muito importante que o CDCA junto com o CONANDA convocasse uma reunião extraordinária por conta da situação da rodoviária e fizesse uma solicitação para que o GDF apresentasse sua proposta para o enfrentamento desta questão. Ressalta que já encaminhou para o MPM junto com a Érica, o SETEC e o projeto Geração um dossiê onde foi colhido o depoimento dos meninos relatando exatamente a violência cometida. Diz que possui elementos suficientes para que se possa ter a preocupação e que se faça uma ação mais concreta com relação a esses problemas. Por fim fala que é de extrema necessidade procurar o GDF para saber sobre suas propostas e fiscalizar o que este sendo feito no Turing, pois o processo que será instalado lá é realmente de repressão e coerção contra os

meninos e meninas de rua. A Sr^a. Karine entrega nota de repúdio que também o SEDECA lançou a respeito da situação da rodoviária para a Sr^a. Thereza. A Sr^a. Thereza sugere que se possa levar para a mesa diretora o encaminhamento sugerido pela Sr^a. Érica Kokay, e conseqüentemente fazer os tramites normais para que possa acolher as sugestões de todos em relação ao que o CONANDA vai colocar. Fala também que a deputada sugeriu uma comissão para fazer uma intermediação junto ao CNJ. Sugere que seja feita a escolha de duas representações para esta comissão. A Sr^a. Aurilene diz que o tempo necessário para cada comissão será de trinta minutos. Diz que ainda está sendo discutida a questão da relatoria que está com o mesmo problema anterior. Fala que a comissão está sugerindo que no mês de dezembro, nos dias 8 e 9 seja realizado um encontro ampliado e ainda sugere a participação de alguns parceiros. Diz que para que não ocorra perda de tempo durante a leitura, será necessário encaminhar esse material para os conselheiros e convidados. Fala também que já ocorre a discussão da reformulação da resolução 75 e do projeto de lei há uns três anos e meio ao menos. Comenta sobre trabalhar com propostas um trabalho de grupo em cima da resolução e apresentar e discutir e então fazer os encaminhamentos, pois quem vai deliberar posteriormente é o CONANDA. Cita a importância de tirar dúvidas em relação ao que cabe numa resolução e ao um PL. A Sr^a. Carmem sugere se fazer um convite ao Ministério da Justiça em especial a Secretaria de Assuntos Jurídicos, pois há algum tempo o MJ vêm sinalizando ser parceiro de um PL de regulamentação dos conselhos tutelares. A Sr^a. Aurilene diz que a primeira plenária te que deliberar se aprova essa proposta do encontro em novembro. A Sr^a. Carmem fala que está aprovado a proposta do encontro ampliado. A Sr^a. Aurilene fala que o CONANDA foi convidado a participar da abertura de uma mesa no dia dezanove do quarto congresso brasileiro de conselhos tutelares. Diz ainda que a comissão sugeriu que o nome da Sr^a. Aurilene participasse da mesa neste dia. Sugere que a comissão precisa se apropriar dos materiais das conferencias, pois já foi solicitado ao Sr. Fábio que ele passe o que já possui. A Sr^a. Aurilene sugere que o processo da conferencia possa se dar com um amplo trabalho nos municípios e nos estados a partir deste documento. Lembra que precisará de uma consultoria para fazer todo um estudo desse material dos anais das conferencias anteriores. Sr^a. Carmem fala sobre a possibilidade de se fazer um convenio com uma instituição e esta receber a encomenda e contratar os consultores a partir do perfil que for indicado. Sr^a. Tiana pergunta como é conferencia de direitos humanos, como é que é para vir a Brasília e participar deste evento e por fim pergunta se terá delegados. A Sr^a. Carmem fala sobre a existência de três delegados. A Sr^a. Tiana fala que é necessário ter um planejamento do plano que foi colocado em orçamento, pois desta forma irá se saber qual é o orçamento que o CONANDA possui. A Sr^a. Carmem fala sobre a necessidade de se entrar o próximo ano com um planejamento bem detalhado, pois se entra o próximo ano sem saber exatamente o calendário do CONANDA. O Sr. Caporal esclarece que o orçamento de 2009 já está colocado na LOA, isso para mostrar que o orçamento é de domínio de todos. A Sr^a. Carmem comenta que o NASCE não quer ter esse compromisso de ao mesmo tempo cuidar da organização da conferencia e da produção deste material e assim o ideal é que se aproveite o convenio atual e o organize tecnicamente. A Sr^a. Solange relembra que na assembléia de setembro havia sido deliberada a criação de um grupo de trabalho que pudesse pensar um pouco o escopo dessa política nacional. Diz ainda que não sabe se irá nomear esse grupo com uma portaria. A Sr^a. Tiana pergunta se isso será como funcionou o plano nacional de convivência familiar que teve um GT nacional específico. A Sr^a. Solange responde que sim, mas esclarece que menos. O Sr. Fábio fala que outro ponto é o plano nacional de prevenção. Continua explicando que a apresentação da CONAET, conforme proposta, é que seja realizada nos dias dez de dezembro das nove às onze horas da manhã. Fala sobre outro ponto que é estabelecer pactos políticos, locais, regionais ou temáticos para erradicação do trabalho infantil numa linha de articulação no sistema de garantia do direito com as forças envolvidas, Ministério de Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Executivo, Sindicato, empresas, cadeias produtivas e outros. Por fim fala que enviará oficialmente as ações de monitoramento da execução do plano para o CONANDA. A Sr^a. Rosileia fala que poderá ser incluído como foi feito no plano nacional de educação e direitos humanos. Fala que foi organizado o plano a política de educação em direitos humanos pra educação básica e pra educação superior. O Sr. Fábio fala sobre o colóquio das medidas socioeducativas do SINASE que aconteceu. Diz ainda que como encaminhamento, convocar uma reunião este ano da comissão intersetorial para discutir os encaminhamentos do PL do SINASE. A Sr^a. Carmem fala sobre agregar outra sugestão já que o PL do SINASE volta para esta discussão. O Sr. Fábio fala sobre a consulta pública sobre as orientações técnicas para serviço de acolhimento para criança e adolescente. O Sr. Benedito pergunta quanto tempo será preciso para votar a resolução do fundo e se será durante todo o dia. O Sr. Fabio fala sobre as correspondências que chegaram do FONACRIADE. Diz que a proposta é que a comissão debruce mais sobre os dados que vieram na correspondência. A Sr^a. Carmem pede que a COF se apresente nos próximos dez minutos. O Sr. Caporal pede a colaboração de toda a assembléia para os encaminhamentos e esclarecimentos necessários. Comunica que a Petrobras está destinando doze milhões de reais para o fundo nacional para o próximo exercício e que o montante maior da Petrobras para todo o Brasil referente aos conselhos municipais, estaduais, da união, Conselho Nacional e o fundo nacional se chegou a cinqüenta e seis milhões de reais. A Sr^a. Carmem comenta sobre a doação antecipada do Banco do Brasil. O Sr. Caporal sobre a participação da reunião da FEBRABAM

que também sinalizou com alguma outra ação junto à federação dos bancos. Segue dizendo para começar com a proposta referente ao CONANDA, resolução de fundo. O Sr. Vilmar fala sobre as cópias que é a versão que a comissão preparou, que é a proposta que deverá ser apreciada e votada na próxima assembleia de dezembro. Fala que as contribuições ajudaram a melhorar o texto. O Sr. Caporal fala que seria preciso passar pelo crivo político para verificar se tudo que está lá possui uma consonância legal para poder também implementar e lançar. Fala sobre dar uma publicidade maior. Comenta também que esses fundos serão utilizados em instituições não governamentais e em instituições governamentais. Fala para o Senhor Secretário Executivo que o que seria importante era a criação de uma carta explicando tudo aos conselheiros. Comenta que foram encaminhados dez projetos conforme a nota técnica a respeito da escola de conselhos, conforme também os estados que nós deliberamos no nosso próprio planejamento. Ainda comenta sobre a questão de valorizar o estado norte e nordeste referente a esses projetos. Pergunta se já pode encaminhar. Fala sobre os valores destinados as escolas de conselheiros de vários estados e diz já estar aprovado. Segue dizendo que esses recursos são do fundo. A Sr^a. Tereza pediu esclarecimentos a respeito das instituições sejam públicas ou privadas a respeito se constituam-se enquanto escolas conselhos. O Sr. Toninho pergunta se um dos estados que já foram aprovados, teve recursos da secretaria. O Sr. Vilmar responde que sim a pergunta anterior. A Sr^a. Carmem acha que tem determinados estados que o recurso a ser repassado é o que interessaria. O Sr. Caporal fala sobre o desenvolvimento da metodologia do trabalho de convivência familiar comunitária. Comenta sobre o software que virá a qualificar toda a informação sobre a rede de atendimentos. Fala ainda sobre o Plano Nacional de promoção a convivência familiar e comunitária. Comenta que tudo que ele está falando é do fundo. Fala também que o valor que está trazendo é de quatrocentos e noventa e sete mil reais e duzentos e quinze centavos e a contrapartida da instituição no valor de cento e vinte e sete mil e trezentos reais. A Sr^a. Carmem fala que a ABMP vêm pedindo o direito de comercialização. O Sr. Caporal pergunta se está aprovado. A Sr^a. Carmem responde que sim e fala que o direito de publicar um livro que foi realizado com recursos públicos. O Sr. Caporal começa a falar sobre a campanha “Não Bata Eduque” realizada pelo instituto Pró-Mundo. Fala que o recurso é destinado junto a Caixa Econômica Federal, o valor do recurso é de oitocentos e oitenta mil reais e a contrapartida é de vinte e quatro mil reais. Fala também sobre uma série de ações, desde a elaboração de produtos, cartilhas, livros e CDs que vão perpassar dentro da CEF e também a de multiplicar as agências e todas as suas ações. Segue perguntando se o projeto está aprovado. O Sr. Vilmar diz que foi informado que até agora são doze instituições na rede. Fala ainda que o Instituto Pró-Mundo funciona como Secretaria Executiva, mas que o projeto precisa ser desenvolvido por esta rede que no atual momento é composta por doze instituições. O Sr. Caporal fala sobre o projeto da rede de informação junto a CIP. Fala que a escolha dos estados que receberão os Kits foi exatamente dentro da priorização que tem a agenda social e aqueles que estão mais vulneráveis referente a esse sistema de informação. Fala que são quatrocentos e noventa e sete conselhos tutelares que serão abrangidos. O Sr. Fábio estranha à questão dos centros de internação ter que receber os Kits. A Sr^a. Tiana também se preocupa e diz que para isso acontecer deverão fazer uma série de pactos. A Sr^a. Carmem acha que é pertinente todas essas colocações para que se possa abreviar. A Sr^a. Carmem acha que o que está sendo pedido é um espaço para fazer a demonstração do novo CIPIA do conselho tutelar. O Sr. Fábio fala que o recurso do fundo não vá para equipar conselho tutelar, pois acha que quem deve fazê-lo é a prefeitura, desta forma diz que não têm como votar no CONANDA uma deliberação dessa. A Sr^a. Carmem diz que para o funcionamento de um conselho tutelar depende da equipagem e da capacitação também. Segue perguntando se alguém tem estratégias melhores de implementação do CIPIA. O Sr. Caporal pergunta ao conselho se está aprovado, ainda pergunta se gostariam de votar. Volta a repetir o valor de recurso como sendo de dois milhões e seis mil e oitocentos e noventa e três reais com contrapartida de cento e sessenta e quatro mil e duzentos e oitenta e três reais. Pergunta se alguém concorda e pede para que erga o braço. Segue dizendo que está aprovado com dois votos contrários e três abstenções. Pede para que siga com o software que vai ser implementado e que vai cruzar os dados. Comenta sobre o CIPIA 1 e o CIPIA 2 e fala que o valor da contratação deste software é de um milhão quinhentos e trinta e seis mil e novecentos e noventa e nove reais com contrapartida de quarenta e seis mil e cento e dez reais. A Sr^a. Carmem pergunta se é o OCIP ONG. O Sr. Benedito comenta que só ao seu conhecimento uma proposta da Soft Tech pagando a hora produzida. Fala também que a discussão é mais orçamentária e de valor do ponto de vista técnico. A Sr^a. Carmem fala que a idéia é de inserir também o cadastro de adoção que irá dar acesso privilegiado a esta base de dados, tendo como exemplo um adolescente que está cumprindo medida socioeducativa, neste caso poderá pesquisar se este jovem já teve ingressos via conselho tutelar ou via adoção. A Sr^a. Carmem fala que irá fazer uma sugestão ao secretário executivo e para a assembleia, que se possa pautar um pouco do sistema de informação e a política de sistemas de informação. O Sr. Caporal pergunta se há necessidade de votação, pergunta se alguém é contrário e pede para que erga o braço. Segue dizendo que no dia cinco é o último dia para se fazer os encaminhamentos referentes aos recursos. Fala que ainda restam dois projetos para encaminhamento. O primeiro projeto é referente ao observatório e o segundo ao Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fala que tentará entrar em acordo para depois falar a respeito dos valores.

Solicita que seja deliberado para o ajuste final, a comissão de orçamento e finanças na tentativa de tentar que esses projetos consigam entrar no exercício deste ano. A Sr^a. Carmem diz que o projeto do observatório já foi apresentado a todos. Diz ter tido dificuldades no estabelecimento da estratégia para que fosse levado a diante, pois haveria necessidade de haver o processo licitatório. Houve ainda outra dificuldade, que era de identificar ONGs que trabalhassem com essas tecnologias de desenvolvimento de portais, mas daí o UNICEF indicou o IDAQ. Fala que ainda não conseguiu superar algumas etapas. Diz ainda que este projeto envolve duas questões, que é o desenvolvimento desse portal aonde todas as ações da agenda, incluindo a SEDH e outros ministérios terão visibilidade. O Sr. Fábio pergunta sobre o detalhamento do projeto e se a comissão de orçamento olhou o projeto. A Sr^a. Carmem fala que no dia em que a Secretaria Executiva do CONANDA pautar o sistema de informação, poderia apresentar o portal para que pudesse visualizar essas diferenças que para o conselho estão bem claras. A Sr^a. Carmem diz que é possível que se chegue até o final do ano pensando nos recursos do fundo com algum saldo. Fala que o valor que está estipulado ultrapassa o custeio. Desta forma fala que uma alternativa seria a criação de um projeto com o objetivo mais amplo de conveniamento. O Sr. Caporal gosta da idéia e diz que já estão encontrando uma solução para o desafio do final de um orçamento para o outro. Pergunta se pode ser feito à aprovação. A Sr^a. Tiana entende que existam algumas formalidades. Acha que é necessário registrar em ata que foi deliberado um milhão e quinhentos mil reais para o Fórum Nacional que não é a instituição dela. Diz que o objetivo é deliberar da melhor forma possível e discutir para que se encontrem mais vezes. Fala que no ano passado houve ajustes complicados em relação às tarifas de passagens aéreas. Diz ser necessário deixar isso registrado em ata para consulta futura. O Sr. Fábio pede para que possa fazer alguns esclarecimentos em relação à situação que foi colocada. A Sr^a. Carmem sugere que seja feito o aditamento do atual convênio com alguma meta nova e um recurso novo. O Sr. Caporal fala para chamar o fórum e sentar a fim de se discutir. Pergunta se existe a necessidade de votação e deixa bem claro que a destinação de recursos é de um milhão e quinhentos mil reais para ser aprovado e para ser encaminhado um projeto do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sugere que se registre em ata. Fala que o último ponto é um esclarecimento como também uma informação, referente a um item que já foi deliberado no começo do ano, mas diz ser necessário que se feche agora, pois está finalizando o orçamento do ano como um todo. Comenta que possuíam um montante maior, em termos de quatorze milhões de reais para construção, mas o governo fez o exercício e foi reduzido. Fala que dentro deste ajuste ainda fica um montante de sete milhões e quatrocentos mil reais para ser utilizado em construção. O Sr. Caporal pergunta se existe alguém com dúvidas ou esclarecimentos. A Sr^a. Carmem diz querer fazer um esclarecimento. Pergunta de que treze milhões e quatrocentos mil reais estão se falando. Fala que conseguiu negociar com o PRONASCE que a construção do Rio Grande do Sul fosse assegurado com os recursos do Ministério da Justiça. Comenta que nada foi feito no Ceara e desta forma pergunta se poderia estar liberando seis milhões para construção do Ceará, porque o projeto já está analisado e pronto para ser eventualmente verificado o convênio. O Sr. Vilmar fala que a questão é de fato um grande desafio do CONANDA e da própria Secretaria na questão dos monitoramentos e da questão não só da construção. O Sr. Caporal pergunta se já foi feito o encaminhamento. Pergunta se pode encaminhar essa questão. Fala que a comissão agradece a todos. A Sr^a. Miriam faz a proposta de que o CONANDA officie o Conselho Estadual solicitando que o conselho entre com uma ação de improbidade administrativa contra esses prefeitos por violação da prioridade absoluta. O Sr. Fábio fala que é um grande desafio, pois o Ministério da educação repassa o recurso. A Sr^a. Carmem informa que o CONANDA está oficiando o Ministério Público e os conselhos de direito desses municípios. O Sr. Onofre fala que ocorrem destaques posteriores para colaborar. O Sr. Ariel fala sobre a questão da nota que será feita e comenta sobre as diretrizes do CONANDA e o teor do PL número cinqüenta. A Sr^a. Carmen pergunta se irão encaminhar até amanhã. Não mais nada a ser tratado, finou a Assembléia sendo lavrada a presente Ata, que vai assinada pela Presidente.

MARIA LUIZA MOURA OLIVEIRA
PRESIDNETE DO CONANDA